



CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

ATA 2/2019

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove pelas quinze horas teve lugar na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) a reunião nº 2/2019 do Conselho Geral, com a presença dos conselheiros constantes da lista de presenças (Anexo 1), e com a presença do Presidente do IPCB. Estiveram ausentes da reunião, em representação dos docentes o Conselheiro Jorge Salvador Pinto de Almeida, em representação dos elementos cooptados a Conselheira Helena Maria de Oliveira Freitas e o Conselheiro Paulo Alexandre Bernardo Fernandes e em representação dos alunos o Conselheiro Sérgio Garcia Alves, todos por motivos justificados e o aluno Alexandre Fernandes Pinto Lobo sem qualquer justificação. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral 01/19, de 08 de janeiro;
2. Tomada de Posse de novos membros eleitos do Conselho Geral - Estudantes;
3. Informações;
4. Apreciação do Relatório de Atividades e Contas de 2018 e Aprovação das Contas Consolidadas de 2018;
5. Proposta de alteração aos artigos 27º, 66º e 72º do Despacho normativo n.º 58/2008 de 6 de novembro - Estatutos do IPCB;
6. Apresentação e discussão da proposta de reestruturação organizacional do IPCB;
7. Outros assuntos.

Antes da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral teceu alguns comentários acerca do início das atividades letivas no IPCB, cumprimentou todos os Conselheiros presentes e informou que tinha convidado a estar presentes na reunião deste Conselho Geral, sem direito a voto, os Membros da Equipa de trabalho para Reestruturação Organizacional do IPCB, para assistirem à apresentação e discussão do ponto da ordem de trabalhos nº 6.

1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral 01/19, de 08 de janeiro.

Após votação da Ata 01/2019 respeitante à reunião de 08 de janeiro, foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2. Tomada de Posse dos novos membros eleitos do Conselho Geral - Estudantes

O Presidente do Conselho Geral deu posse aos novos Conselheiros eleitos em representação dos Estudantes, os alunos Júlio André Lourenço Correia e Tomé Filipe Prezado Madeira. (Anexo 2)

3. Informações

Conjunto de informações sobre as principais atividades do IPCB ocorridas após a reunião de 8 de janeiro e o presente, transmitidas pelo Presidente do IPCB, após cumprimentar todos os Conselheiros e dar os parabéns e desejar bom trabalho aos alunos empossados.

Resultados das colocações:

Vagas das licenciaturas colocadas a concurso: 1010 para as 28 licenciaturas

Resultados do Concurso Nacional de Acesso (CNA), 1ª fase: 528 estudantes colocados

Resultados dos concursos especiais: cerca de 300 estudantes colocados

Concurso local: 55 estudantes colocados

Estudantes internacionais: 336 estudantes matriculados

Total de estudantes colocados: $528 + 300 + 55 + 336 = 1219$ (previsão após a 1ª fase do CNA)

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP): 231 novos estudantes colocados em 13 cursos (1ª fase) - menos 5 cursos que no ano anterior.

Mestrados: 305 candidaturas de novos estudantes em 17 mestrados.

Principais Iniciativas:

20 de fevereiro – Sessão de acolhimento aos estudantes internacionais.

21 de fevereiro – Reunião de trabalho com docentes do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), e dos Institutos Superiores Politécnicos de Castelo Branco, Guarda e Tomar. Nessa reunião de trabalho foram ainda convidados a participar, representantes da região.

Março – Participação do IPCB em ações de divulgação no Brasil.

20 de março – Apresentação da 16ª edição do Concurso Poliemprende.

Março - Feira do Emprego da ESTCB e da ESGIN.

27 de março – Reunião com escolas secundárias do distrito sobre a temática do apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais.

29 de março - Apresentação do estudo sobre o impacto económico anual nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, que foi no valor de 39.301.848 euros, o que corresponde a 5,3% do PIB da região.

21 de maio - 6º Fórum de Turismo Interno – coorganização do IPCB – Presidente do IPCB como orador.

13 de junho - Conferência do Politécnico “A Propriedade Intelectual e a Academia”.

14 de junho – 1º Fórum empresarial da Beira Baixa- Presidente do IPCB como orador.

22 de julho – Assinatura de protocolos de mecenato entre o IPCB e empresas na área da Engenharia Civil.

Prestação de Serviços – Terceira Missão

Janeiro – Cursos breves para executivos “Finanças para não Financeiros” e “Gestão Administrativa de Recursos Humanos e Direito do Trabalho”.

Visitas - delegações

Visita do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – O Professor Doutor Manuel Heitor, visitou os estudantes do CTeSP em Comunicações Móveis a funcionar no Fundão.

22 de janeiro - Visita do Secretário de Estado da Valorização do Interior, Eng. João Paulo Catarino.

15 de fevereiro - Visita do Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Dr. Eurico Correia Monteiro.

10 de junho - O IPCB esteve presente na comemoração do Dia de Portugal em Bruxelas.

Organização interna

Cessação de funções do vice-presidente Professor Doutor Luís Pedro Pinto de Andrade, dia 30 de abril e redistribuição de funções.

Criação da Bolsa de Recrutamento de Pessoal Docente visando a constituição de uma bolsa de candidatos a docentes nas escolas superiores do IPCB, a contratar de acordo com as necessidades da instituição, nos termos do abrigo do artigo 8.º do ECPDESP - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

12 de fevereiro – Tomada de posse do Diretor da ESART.

01 de março – Tomada de posse do Diretor da ESALD.

30 de abril – Tomada de posse do diretor da ESACB.

Após 28 de maio - Visita às Escolas para apresentação da proposta de reorganização estrutural.
10 de julho – Encerramento do programa ReSkill da outsystems.

Manutenção do reforço da aposta na melhoria da eficiência energética.

Criação do Programa Amigos Académicos IPCB – Programa de mentorato.

29 de agosto - Assinatura do contrato de prestação de serviços para reforçar a ação social do IPCB no contexto do alojamento para estudantes internacionais.

Recursos Financeiros

14 de maio – Grupo de monitorização e controlo orçamental presente no IPCB em reuniões de trabalho. O grupo valorizou o trabalho que o IPCB está a fazer no contexto da contenção orçamental e no equilíbrio das contas. Referiram que a reorganização que está a ser pensada deverá ser o caminho a seguir para a melhoria do IPCB.

O Conselheiro Henrique Gil, na qualidade de Coordenador do Gabinete de Digitalização e Inclusão 4.0, informou que no âmbito do protocolo entre o IPCB e a Universidade Aberta em relação à oferta formativa na modalidade de ensino a distância, os candidatos às Pós-Graduações, até ao presente são os seguintes:

Sistema de Informação Geográfica: 5

Reabilitação Sustentável de Edifícios: 12

Gestão de Negócios: 31

Proteção Civil: 25

No total, na presente data há um total de 73 candidatos. Mais informou que, de acordo com estes dados, já há duas Pós-Graduações viabilizadas para poderem entrar em funcionamento. Contudo, como o prazo de candidatura só termina em 26 de setembro, há a esperança de poder haver mais candidatos e, desta forma, viabilizar toda a oferta formativa apresentada.

4. Apreciação do Relatório de Atividades de 2018 e Aprovação das Contas Consolidadas de 2018

O Presidente do Conselho Geral informou que os membros cooptados emitiram parecer favorável quanto ao Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano. (Anexo 3)

Como nota prévia, o Presidente do IPCB informou que as contas do IPCB, dos SAS e também as contas consolidadas foram aprovadas pelo fiscal único sem reserva, passando de seguida a apresentar os pontos mais importantes do Relatório de Atividades e Contas de 2018.

Informou que foi pedido adiamento da submissão das contas ao Tribunal de Contas (TC) por um mês, com os seguintes fundamentos:

- 2018 foi o ano de implementação do Sistema da Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP) o que implicou profundas alterações nos procedimentos instituídos no IPCB;
- ocorreram diversas dificuldades motivadas pela implementação do novo sistema de normalização contabilística (SNC-AP), nomeadamente: Reclassificação do plano de contas para SNC-AP, adaptação da aplicação informática ao novo normativo contabilístico.

O Presidente do IPCB apresentou os aspetos que considerou mais relevantes do relatório de atividades:

- Foi alterada a estrutura do relatório, passando o mesmo a incluir informação necessária à Revisão pela Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPCB, certificado pela norma ISO 9001:2015.
- **Desempenho Institucional** – Dos 37 objetivos definidos para o período em análise, 27 foram plenamente concretizados, 3 apresentaram uma taxa de concretização superior a 80% e outros 3 tiveram uma concretização superior a 50%. Em 4 objetivos a taxa de concretização foi inferior a 50%. Relativamente aos objetivos da qualidade definidos para os processos pode considerar-se que o resultado é muito satisfatório.
- **Resultados de mecanismos de avaliação e melhoria**
 - Serviços Académicos: 91,1% dos estudantes encontram-se satisfeitos (escala positiva 4, 5 e 6) e 46,7% encontram-se muito ou totalmente satisfeitos (nível 5 e 6).
 - SAS – globalmente satisfeitos, média superior a 4 em todas as residências.
 - Satisfação dos colaboradores – satisfação com os vários níveis de liderança do IPCB. Comparativamente com o ano 2017, é notória uma melhoria da satisfação dos colaboradores (ver Relatório de Atividades de 2017). Note-se que, para todas as dimensões, a percentagem de respostas “4 - Satisfeito”, “5 – Muito Satisfeito” e “6 - Totalmente Satisfeito” supera os 75%.
 - A análise dos resultados apresentados permite concluir que a satisfação dos colaboradores da instituição, elementos chave para o sucesso da missão do IPCB, é significativa.
 - Resultados das auditorias: O IPCB demonstrou capacidade para a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com o referencial internacional ISO 9001

- Adequação dos recursos
 - Docentes: A Lei n.º 65/2017 de 9 de agosto constituiu a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que havia aprovado um conjunto de regras complementares ao processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio. Assim, por força da aplicação das normas aí constantes, 4 docentes viram os seus contratos prorrogados até 31 de agosto de 2018. Beneficiaram de valorização remuneratória um total de 101 docentes.
 - Foi aberto um concurso para professor adjunto.
 - Não docentes: valorização remuneratória atingiu um total de 151 colaboradores não docentes no IPCB e 13 funcionários dos Serviços de Ação Social.
 - Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) – Procedeu-se à regularização de 3 processos.
- Serviços académicos: taxa de ocupação de 103%. Os dados detalhados constam no relatório para a reestruturação organizacional e serão apresentados no ponto 6 da presente reunião.
- Serviços financeiros: O orçamento do IPCB, desagregado pelos agrupamentos orçamentais de despesa, apresentou as seguintes ponderações:
 - Despesas com pessoal (remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social) representando 85,67% da execução orçamental (87 % em 2017)
 - Despesas com bens e serviços correntes representando 7,58% da execução orçamental
 - Despesas com transferências correntes representando 2,55% da execução orçamental
 - Outras despesas correntes representando 2,61% da execução orçamental
 - Despesas com bens de capital representando 1,60% da execução orçamental
- Serviços de Ação Social: 32% de estudantes bolseiros, 82% dos candidatos a bolsa viram as suas candidaturas aprovadas. Foram concedidas, no IPCB, 8 bolsas de estudo por mérito (DGES). No ano letivo de 2017/2018 candidataram-se ao apoio social de emergência 27 estudantes. Desses, 17 foram encaminhados para a atribuição de bens alimentares e 6 receberam senhas de refeição. Relativamente às bolsas de colaboração, beneficiaram deste apoio um total de 73 estudantes. Apoio aos estudantes no âmbito das competições promovidas pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU)

rondou cerca de 12000 €. O GAP prestou apoio a 138 estudantes, enquanto que a 14 estudantes foi concedido o estatuto de ENEE.

- **Serviços de apoio:** Reparação de viaturas 17000 euros em 2018 comparativamente a 32000 euros em 2017. Prestação de serviço em 2018 cerca de 378 mil euros contra 287 mil euros em 2017.
- **Internacionalização:** 229 estudantes matriculados em 2018. Em 2019 o IPCB tem 336 alunos matriculados.

Intervenção da Conselheira Maria de Fátima Paixão:

“Na missão de que me encarregam docentes da Instituição, particularmente da ESE, escola que represento mais diretamente, lamento que, mais uma vez, também no ano de 2018, não tenha havido abertura de concursos para progressões na carreira, conforme constava do Plano de Atividades e o Relatório do Grupo de Trabalho do Conselho Geral evidenciou a falta. Efetivamente, permanece, na nossa Instituição, diferentemente do que se tem vindo a passar em instituições universitárias e politécnicas do país, a situação de não abertura de lugares para a categoria de Professor Coordenador e Coordenador Principal.”

Resposta do Presidente do IPCB.

O Presidente do IPCB referiu que no ano 2019 já foram abertos 4 concursos para a categoria de professor adjunto: 1 na ESART, área da música, e 3 na ESALD. A decisão teve em consideração a urgência da tomada de decisão face às contingências com que alguns cursos se enfrentam no seu normal funcionamento bem como no cumprimento das recomendações face aos requisitos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Informou que foi decidido em reunião de Diretores (reunião O2/19 - as atas das reuniões de diretores encontram-se disponibilizadas na página intranet do IPCB) avançar com o processo em duas fases: uma primeira fase para colmatar necessidades urgentes que colocam em causa o funcionamento e a acreditação dos cursos e uma segunda fase (mais estratégica) que avançará após o processo de reflexão sobre a reestruturação organizacional. A primeira fase contempla apenas a abertura de concursos para a categoria de professor adjunto.

Adiantou que compreende a posição da professora Fátima Paixão e que, dentro das limitações conhecidas, deverá ser considerada a possibilidade de abertura de concursos que possibilitem a progressão de carreira para os docentes do IPCB.

*W
JF*

Intervenção do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“Na sequência da intervenção da Prof^a Fátima Paixão no que diz respeito à preocupação pela abertura de concursos de progressão na carreira, o Sr. Presidente referiu que é seu entendimento que fará mais sentido avaliar esta questão após se saber se e qual a reorganização do IPCB. Neste contexto, o Prof. José Carlos Gonçalves manifestou o seu total desacordo com esta justificação, referindo que a reorganização do IPCB, a acontecer, será um processo longo, não de um nem de dois anos (basta pensar na componente de reorganização curricular e implicações com a A3ES) e, como tal não faz sentido esperar. Tanto mais que a possível recente situação criada com a possibilidade de concursos de promoção interna tem, como o Sr. Presidente referiu, um enquadramento muito limitado e restritivo, mas que há que aproveitar”.

O Presidente do IPCB adiantou que segundo o Decreto-Lei 84/2019, de 28 de junho, até 31 de dezembro de 2019, as instituições de ensino superior podem abrir concursos para promoção de professores adjuntos e coordenadores, até serem atingidos os limites máximos definidos no artigo 30.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico. Referiu que na sua opinião a abertura de concursos de promoção (concursos internos) deverá ser tomada após alguma decisão sobre o processo de reestruturação organizacional, percebendo em que áreas deverão ser abertos tendo em conta essa mesma reorganização assim como os desafios do IPCB. Referiu ainda que é uma opção gestionária, que pode ser tomada até ao final do ano de 2019 e que face a algumas dúvidas interpretativas do Decreto-lei 84/2019, o CCISP decidiu solicitar um parecer jurídico que se aguarda.

Intervenção do Conselheiro Henrique Gil:

“No que diz respeito à possibilidade de ‘Promoções internas’ tenho algumas dúvidas em relação à possibilidade de não se poder tratar de um processo democrático e universal porque, basta haver um único docente de uma dada área, esta situação de acordo com as regras, vai inviabilizar a possibilidade do mesmo poder propor a sua promoção através de um concurso para a categoria de Professor Coordenador. Por outro lado, trata-se na sua essência de um concurso ‘fratricida’ o que poderá levar a um ambiente institucional mais problemático que poderá influenciar negativamente esse ambiente”.

Intervenção do Conselheiro João Luís Belo.

Foi apreciado o Relatório de Atividades de 2018 e colocadas a votação as Contas Consolidadas de 2018, que foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

JL

5. Proposta de alteração aos artigos 27º, 66º e 72º do Despacho normativo n.º 58/2008 de 6 de novembro - estatutos do IPCB. (Anexo 4)

No âmbito das competências previstas no artigo 68.º, n.º 4 a) da Lei n.º 62/2007 (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) conjugada com o disposto no n.º 2 do art.º 26º dos Estatutos do IPCB, publicados no Despacho Normativo n.º 58/2008 de 6 de novembro, submete-se à apreciação do Conselho Geral a proposta de alteração aos art.º 27.º, 66º e 72º dos Estatutos do IPCB.

Nesse sentido, propõe-se a seguinte introdução no artigo 27.º dos estatutos do IPCB do ponto 4 e do ponto 5, que visa enquadrar a situação do administrador do IPCB, com a seguinte redação:

Artigo 27.º

Designação, competência e qualificação

- 1 – O IPCB tem um Administrador escolhido entre pessoas com saber e experiência na área da gestão, com competência para a gestão corrente do Instituto Politécnico e para a coordenação dos serviços, sob direção do Presidente.
- 2- O cargo de Administrador é qualificado como cargo de subdiretor-geral.
- 3 - A duração máxima do exercício de funções como Administrador não pode exceder 10 anos.
- 4 - O Administrador do Instituto é livremente nomeado e exonerado pelo Presidente do IPCB, aplicando-se-lhe para os demais efeitos legais, subsidiariamente, o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, na sua redação atual.
- 5 - Esta disposição produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

Introdução no artigo 66º dos estatutos do IPCB do ponto 4 e do ponto 5, que visam enquadrar a situação do administrador do IPCB dos Serviços de Ação Social, com a seguinte redação:

Artigo 66.º

Administrador

Designação, competência e qualificação

- 1 – O administrador dos Serviços de Ação Social é escolhido entre pessoas com saber e experiência na área da gestão, com competência para a gestão corrente dos Serviços de Ação Social do IPCB e para a coordenação dos serviços, sob direção do presidente.

2- O cargo de Administrador dos Serviços de Ação Social é qualificado como cargo de subdiretor-geral.

3 - A duração máxima do exercício de funções como Administrador dos Serviços de Ação Social não pode exceder 10 anos.

4 - O Administrador dos Serviços de Ação Social é livremente nomeado e exonerado pelo Presidente do IPCB, aplicando-se-lhe para os demais efeitos legais, subsidiariamente, o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, na sua redação atual

5 - Esta disposição produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

E a inclusão de três pontos no artigo 72ª por forma a estar consagrada estatutariamente a equiparação do cargo de Coordenador de Serviços, ficando com a seguinte redação:

Artigo 72.º

Conceito e coordenação

(...)

3 – A atividade dos serviços do IPCB poderá ser coordenada por Coordenadores de Serviços.

4 – O cargo de Coordenador de Serviços é qualificado como cargo de direção intermédia de 3.º e 4.º grau, aplicando-se-lhe o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, na sua redação atual.

5 – Os Coordenadores de Serviços exercem as suas funções de acordo com as orientações que lhes forem fixadas, com integral respeito pelos princípios legais e regulamentares em vigor e com as orientações estratégicas institucionalmente definidas, competindo-lhes a distribuição de tarefas pela equipa de trabalho que coordenam, bem como propor planos de formação específicos, assegurar a gestão da assiduidade, a avaliação de desempenho e a elaboração e implementação de medidas de melhoria dos serviços.

(...)

Colocada a votação, foi esta alteração aprovada por unanimidade dos presentes.

6. Apresentação e discussão da proposta de reestruturação organizacional do IPCB

O Presidente do IPCB apresentou aos Conselheiros a proposta de reestruturação organizacional do IPCB, em formato de Relatório elaborado pela Equipa de trabalho especialmente criada para este fim, estando presentes como já foi referido os membros dessa equipa, convidados para o efeito, sem direito a voto. (Anexo 5)

Após a apresentação, passou-se à discussão, com a intervenção de vários Conselheiros.

Intervenção do Conselheiro José Augusto Alves:

“Felicitó o Sr. Presidente do IPCB pela coragem em abordar de uma forma concreta, este assunto da reestruturação organizacional do IPCB, que poderá constituir base de trabalho para outros Institutos Politécnicos do nosso país. Estas felicitações são obviamente extensivas ao grupo de trabalho que elaborou o presente estudo pela transparência, profundidade e apontando caminhos que contribuirão para uma decisão final.

Considero que a minha experiência nesta área das reestruturações de organizações, se bem que em instituições de outra índole, e salvaguardando as especificidades de cada uma delas, obrigam-me a tecer alguns considerandos.

Numa organização como o IPCB, com uma história, uma presença, não só na nossa cidade, como noutras localidades, não poderão ser esses, ser obstáculos a uma decisão final, acrescentando que a dispersão de infraestruturas, implicam consideráveis custos operacionais do Instituto.

Quantas decisões foram tomadas no país, para alterar localizações, designações no sentido de uma visão estratégica, da modernidade do desenvolvimento e que as pessoas não aceitaram de animo leve, convenhamos afirmar que muitas. Por isso e por outras é que Portugal tem nove centos anos de história, com Instituições centenárias e que souberam mudar, crescer, transformar-se e que são um exemplo para a Europa e porque não afirmá-lo para o mundo.

Nestas circunstâncias, a determinação e a concretização terão que andar sempre aliadas, e o Conselho Geral do IPCB tem e terá sempre que ser, uma base de apoio, um esteiro de afirmação, rumo à mudança.

Todos no IPCB são importantes, mas os mais importantes são os alunos e é esse o desiderato que deve sempre ser o fulcro de todas estas variáveis.

Vejam como exemplo, quando se deu o 25 de abril de 1974, houve unidades militares que tiveram uma intervenção fundamental na alteração do regime político, mas que ao longo destes mais de quarenta anos, houve necessidade de efetuar, mudanças, em que quer os aspetos financeiros, a estratégia militar, as instalações e sua localização foram pressupostos essenciais, para a extinção dessas mesmas Unidades Militares, e que provocou discordância de vários fatores da sociedade civil e militar, apelando à história e à memória. Evidentemente que essas devem ser perpetuadas, através de outros meios, mas nunca poderão constituir “entrave” ao crescimento, ao desenvolvimento e à modernidade que é necessário implementar nas organizações.

Temos todos de ser corajosos, determinados nas tomadas de decisão, porque é bem melhor a reestruturação ser feita e nascer do interior das próprias organizações, como está a ser feita no caso do IPCB, do que ser depois essa mesma reestruturação ser imposta do exterior, com os constrangimentos que a mesma implica.

Termino, mais uma vez felicitando o Presidente do IPCB e o grupo de trabalho, pela sua ousadia, clarividência e pensar no futuro do nosso Instituto. Parabéns a todos”.

Intervenção do Conselheiro Carlos Coelho:

“Venho interpelar o Sr. Presidente do IPCB sobre se a equipa que desenvolveu o estudo apresentado tem alguma informação sobre reorganizações em institutos politécnicos de referência no nosso país e na europa. E saber se dos cenários apresentados tem alguma preferência já definida”.

Intervenção do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“O documento que nos é apresentado sobre uma possível reestruturação organizacional do IPCB visa uma alteração profunda daquilo que foi o modelo de desenvolvimento do IPCB desde a sua criação até aos dias de hoje. De uma forma algo simplista, mas de certa forma realista, poderíamos dizer que ao longo destes quase 40 anos de existência tivemos um modelo “expansionista” para agora nos ser proposto um modelo de “contração”. Obviamente que as organizações devem ter a capacidade de se ir antecipando às novas realidades, numa postura pró-ativa, que faça com que possam estar melhor preparadas para as enfrentar. Neste ponto, reconheço que o IPCB tem de fazer mais e melhor face às profundas alterações a que assistimos, em particular, na última década.

Nestes processos de mudança organizacional considero fundamental podermos ter muito claro 4 pontos:

- 1. Que a necessidade de mudança possa ser facilmente pressentida por todos os colaboradores que fazem o dia-a-dia da instituição;*
- 2. Que estejam muito claros quais os objetivos que se pretendem atingir;*
- 3. Com base nesses objetivos identificar e caracterizar quais as mudanças a propor e quais os cenários possíveis;*
- 4. Que o modelo de mudança que se propõe possa estar suportado num sólido estudo prospetivo dos resultados possíveis de alcançar, e não em meras suposições ou perceções do que se pensa que será possível atingir.*

Em relação ao 1º ponto será importante dizer que qualquer reorganização não trás, só por si, maior interação entre as pessoas, mais colaboração entre as pessoas e, muito menos, maior vontade de relacionamento entre as pessoas. São estes os pressupostos base da componente emocional dos colaboradores da instituição.

A perceção da necessidade de mudança decorre das atividades normais da instituição perspetivando a sua alteração. Assim, considerando as nossas 3 missões prioritárias, ensino, investigação e prestação de serviços poderemos resumidamente afirmar que:

1º. Ao nível da cooperação docente entre as escolas tem vindo a ser feito um trabalho progressivo de forma a rentabilizar recursos (para o qual não tem sido impeditiva a nossa atual organização);

2º. As atividades de investigação resultam muito das equipas de investigação que estabelecem parcerias entre si e, sempre que necessitam, procuram competências complementares nas outras escolas e noutras instituições para o qual não é impeditivo qualquer modelo de organização. Acresce que foi possível estabelecer Unidades de Investigação no IPCB sem que para isso tivesse sido necessário proceder a alterações de organização. Aliás sobre este ponto, qualquer um dos modelos proposto fará com que Unidades de Investigação que agora foram criadas fiquem dispersas entre as hipotéticas novas escolas (caso da Q-Rural e da AGECOM).

3º No que diz respeito à prestação de serviços ela está assente em capacidades laboratoriais, de espaços e competências, que em nada se alterarão com uma reorganização, podendo, numa primeira fase, criar indefinição por parte dos que recorrem aos serviços com base na designação das escolas.

Ainda sobre este primeiro ponto seria interessante ter uma informação concisa sobre o que pensam os colaboradores do IPCB deste processo e, agora, concretamente desta proposta. Sabemos que a proposta foi apresentada em todas as escolas, foi dado tempo para discussão, debate, envio de comentários e sugestões. Disse-o no final da apresentação da proposta na Escola Agrária ao Sr. Presidente e torno-a agora pública neste Conselho Geral. Porque não fazer um referendo à academia? Elaborando para isso um modelo de questionário que permitisse ter uma base quantificável da opinião das pessoas sobre os principais aspetos e consequências desta proposta. Fica o desafio.

Em relação ao 2º ponto, definição de objetivos, eles estão explícitos no documento, independentemente de os considerarmos mais ou menos assertivos que, no meu entender, não são. Diz-se na página 21 que se pretende fundamentalmente:

“Reforçar a massa crítica para a criação de grupos (fortes) de investigação e de formação, em áreas estratégicas determinantes para o IPCB;

Garantir a articulação entre a multidisciplinaridade e a existência de áreas fortes de formação e de investigação, respeitando a identidade de cada uma;

Otimizar a gestão de recursos (humanos, materiais e físicos).”

A proposta apresenta-nos aquilo que foi o trabalho de um grupo de docentes, julgo que coadjuvados pelo Presidente do IPCB, explicitando aquilo que de mais importante considerou serem os aspetos que pudessem contribuir para o ponto 3 que referi.

Depois de toda uma profunda apresentação de informação e dados a equipa conclui (pg. 31):

“Relativamente aos cenários A, B, C e D, todos apresentam vantagens e constrangimentos, conforme atrás apresentado, não sendo possível escolher, com base na metodologia seguida na elaboração desta proposta, o cenário mais adequado à reestruturação organizacional do IPCB.”

Ou seja, em nenhuma das propostas é possível prever que os objetivos que atrás foram definidos possam ser concretizados ou confirmados. Mas vale ainda perguntar: Será que com outra metodologia seria possível chegar a outra conclusão? Não sabemos.

Não querendo ser exaustivo na análise de alguns dos pressupostos apresentados no documento, permito-me apresentar alguns aspetos que poderão merecer a nossa reflexão:

Afirma-se: “Se a opção de três escolas permite ganho individual de escala (mais alunos, mais professores, mais cursos, mais investigadores, mais efeito sinérgico), redução de custos de funcionamento, possibilidade de descentralização de serviços e promoção de um “serviço de proximidade, ...” (pg. 31).

Podemos comentar: ganhos de escala: mais alunos, professores, cursos, investigadores por escola, mas obviamente que serão exatamente os mesmos resultantes do somatório individual de cada uma das atuais. Quanto à redução de custos de funcionamento, descentralização de serviços, mais efeito sinérgico serão eles possíveis de quantificar se os alunos e docentes continuarão a circular exatamente pelos mesmos espaços atuais? No documento nada é dito.

Afirma-se: “... a opção de quatro escolas evita maior dispersão física dos departamentos e reduz a eventual perda de identidade quando na mesma escola forem incluídos diversos departamentos com afinidades de difícil perceção. Por outro lado, a gestão de uma escola maior poderá tornar-se mais exigente.”

Em relação à dispersão física dos departamentos cabe aqui dizer que os departamentos não são entidades com um espaço físico, os departamentos, hoje UTCs, são as pessoas, e essas continuarão a estar nos seus gabinetes e a dar aulas nas respetivas salas, laboratórios e campo. Aliás esta questão da inclusão numa escola de diversos departamentos com afinidades de difícil perceção, ao ser uma realidade, não deixará de trazer possíveis constrangimentos. Quanto à

eventual perda de identidade das escolas, qualquer que seja o modelo não há maior ou menor perda de identidade, ela vai sempre acontecer.

E quanto ao modelo de organização científico-pedagógico? Que visão se tem para responder a estas possíveis alterações? Ou vamos deixar tudo para: depois logo se vê?

Afirma-se também que “Se em alguns casos se espera ganhos ao nível da atratividade dos cursos existentes nos departamentos (...), noutros, o foco deverá estar no incremento da investigação aplicada e da prestação de serviços à comunidade, ...”.

A pergunta que se coloca é saber como é que uma reorganização deste género pode aumentar a atratividade dos cursos? O Sr. Presidente tem dados que possam sustentar esta previsão?

Noutros casos, diz-se, será um incremento na investigação e prestação de serviços à comunidade. Sobre este ponto remeto para o que referi no ponto 2 e 3 do início desta intervenção.

Finalmente é colocada uma grande preocupação:

“Outra questão de extrema relevância e que poderá de certa forma influenciar a opção a tomar é a operacionalização de todo o processo de reestruturação organizacional. Existindo presentemente dispersão física entre as Escolas do IPCB, deve ser estudada a localização geográfica futura de cada Departamento, e de cada Escola, bem como o plano de transição para a sua implementação.”

Confesso que sobre esta afirmação fico com algumas dificuldades em perceber o que se pretende com “localização geográfica futura de cada Departamento e de cada Escola”. Sobre esta questão gostaria também de ouvir o Sr. Presidente, uma vez que os edifícios das escolas não são suscetíveis de deslocação, bem como a questão da localização geográfica dos departamentos que, como atrás referi não são entidades físicas, mas sim organizacionais. Será que se pretende construir novos edifícios com desativação de atuais? Nada é dito sobre esta matéria e, como sabemos ela é da maior importância, nomeadamente em termos financeiros.

Nesta breve análise, chegamos ao 4º e último ponto referido no início: existência de um consistente estudo prospetivo dos resultados possíveis de alcançar, e não meras suposições ou perceções do que se pensa que será possível atingir.

No meu entender sendo o ponto mais importante, este é o ponto mais fraco deste exercício. Nada quantificável foi apresentado e, como fui atrás referindo, para muitas das alterações propostas foram apenas sendo feitas afirmações no sentido de que se prevê. Aliás uma das expressões que o Sr. Presidente muito utilizou foi “não sabemos”.

Assim, a grande questão que se coloca, Sr. Presidente, é que outros dados, estudos ou evidências tem, que nos possam demonstrar que vale a pena avançar com esta reestruturação organizacional do IPCB? Assim não sendo, estamos apenas no campo das percepções, ou do fazer por fazer, entrando por um caminho que será de difícil retorno e de resultados imprevisíveis”.

Intervenção da Conselheira Maria Natividade Pires:

“A Conselheira Maria da Natividade Pires deu os parabéns à equipa que elaborou o estudo sobre possibilidades de reorganização do IPCB e referiu a pertinência de conhecer os indícios positivos ou negativos de algumas reorganizações recentes de outros Institutos Politécnicos, perguntado se essa abordagem já foi feita em alguma reunião do CCISP.

Os cenários possíveis apresentados no documento implicam revisão de áreas científicas, eventual eliminação de umas e surgimento de outras e reagrupamentos complexos que poderão interferir com áreas científicas dos cursos, aprovadas pela Comissão A3ES. Por outro lado, estes Departamentos transversais agrupam-se de formas que tornam impossível a manutenção dos nomes das escolas, perdendo-se não só a identidade de cada uma delas, mas criando-se também uma ambiguidade nas novas designações que terão de surgir (com repercussões na eventual falta de clareza nas informações que os alunos pesquisam para se candidatarem). A conselheira questionou também o tipo de Conselho Técnico-Científico que estas escolas terão, dado que haverá, tendencialmente, maior dispersão de áreas do que atualmente (ainda que ela já exista, em alguns casos, devido à evolução das áreas de formação ao longo dos anos).

Uma reorganização pode potenciar sinergias, mas não por se somarem números de docentes e de alunos, como consta do documento em causa. As sinergias têm-se estabelecido quando há vontade dos indivíduos, como projetos de investigação (inclusive europeus) concretizados ao longo dos anos demonstram e como as características das recentes Unidades de Investigação também comprovam, mas não surgem se as pessoas não se identificarem com os processos. Concluiu considerando que gostaria de compreender como é que esta reorganização pode ser mais apelativa para os alunos, de acordo com a convicção do Senhor Presidente do IPCB, e também gostaria que ficasse mais clara a redução de custos, quando afinal se mantêm os mesmos espaços físicos em funcionamento”.

Após este primeiro conjunto de intervenções, o Presidente do IPCB agradeceu as mesmas e apresentou argumentos para a reestruturação que podem ser sintetizados nos seguintes tópicos:

- A reestruturação deve ser concebida e realizada pela própria instituição e não estar o IPCB sujeito a algo imposto do exterior, com os constrangimentos que tal situação possa vir a implicar. É este o tempo de reflexão, onde todos foram chamados a apresentar propostas e sugestões, que constam no documento apresentado ao Conselho Geral;
- O documento apresentado ao Conselho Geral propõe uma nova organização. A revisão estatutária deverá ser elaborada posteriormente dado que depende do que realmente se pretende para o IPCB;
- São perceptíveis as fragilidades da atual organização científico-pedagógica do IPCB. A melhoria no contexto da organização científica da Instituição é um dos principais motivos para a reestruturação organizacional apresentada;
- A reestruturação promoverá maior interação e colaboração entre as pessoas. Concorda-se que a evolução do IPCB, como foi referido por um dos conselheiros, seguiu um modelo “expansionista”. A expansão do IPCB levou à atual organização científica-pedagógica (já referida) e à existência de docentes de áreas do conhecimento semelhantes, ou com grande proximidade, em estruturas organizacionais diferentes e, portanto, formalmente afastados. Este afastamento dificulta a criação (e promoção) de massa crítica em algumas áreas, a melhoria da articulação entre essas mesmas áreas e a otimização dos recursos. O modelo de reestruturação organizacional proposto não pode ser considerado um modelo de “contratação”, mas sim um modelo evolutivo que permite preparar a instituição para o futuro, que deverá fazer o seu próprio caminho e tornar-se mais capaz. Interessa fundamentalmente pensar o IPCB como um todo;
- Com a reestruturação organizacional proposta surgem novos departamentos que, quando associados, levam à constituição de novas escolas para o IPCB, sendo necessário pensar a melhor designação para cada uma, tendo em consideração as valências específicas e a identidade pretendida;
- Com as novas escolas será mais fácil formular novas propostas formativas e melhorar (apesar dos resultados já conseguidos atualmente) a colaboração docente entre áreas.

De seguida, o Presidente do IPCB apresentou o cenário A como o cenário que considera mais adequado tendo apresentado também a distribuição dos 9 novos Departamentos e consequentemente, das 4 novas escolas, pelos espaços físicos atualmente existentes.

Intervenção do Conselheiro António Pinto.

Intervenção do Conselheiro Joaquim Morão:

“Penso que caso retirem a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova ou alguns cursos com perda de alunos da Vila de Idanha, será uma atitude que poderá levar à “morte” desta localidade”.

Intervenção da Conselheira Fátima Paixão:

“Felicitó o grupo pelo exaustivo trabalho desenvolvido. Serei breve e sucinta, dado o avançado do tempo e também por algumas questões já terem sido colocadas.

Considero que mudanças na Instituição são necessárias se conduzirem a inovação fundamentada, e o trabalho apresentado vai nesse sentido. Há, contudo, alguns aspetos a referir: - A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) não considera as áreas CNAEF como designações para as áreas científicas dos cursos e das unidades curriculares, como se foi dizendo na apresentação, sendo que tais áreas apenas estão associadas aos cursos para lhes conferir identidade profissional; - Há níveis aos quais deve ser dado flexibilidade e não se considerar absoluta rigidez na estrutura da nova organização; - Educação e Artes podem estabelecer pontes positivas e enquadram-se bem numa mesma Escola, embora considere que “Educação” ficaria melhor em primeiro lugar, na designação, pela maior abrangência do conceito; - não vendo problema que o Desporto venha a constituir um Departamento e possa vir a ser incluído numa Escola com um Departamento de Saúde, lembro que tal área é incluída no Ministério da Educação, na Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, o que revela a sua identidade e proximidade com a Educação, Escola onde atualmente está; - penso que é estratégica a descentralização do IPCB através do polo de Idanha-a-Nova, pelo que penso que deve ser alvo de reflexão; não me parece que a designação “Ciências” associada a Engenharias faça sentido no Ensino Politécnico, uma vez que tal departamento não terá cursos de Ciências (Física, Química, Matemática, Biologia...).

Gostava, ainda, de questionar se, no âmbito da reorganização: - a estrutura funcional “Unidade Técnico Científica” (UTC) se passará a identificar como Departamento; - já está pensada a designação das Unidades Orgânicas nos diferentes Cenários apresentados, dado ser relevante que essas designações sejam coerentes com os diferentes departamentos que incluem”.

Intervenção do Conselheiro Luís Correia.

Intervenção do Conselheiro António Moitinho:

“O conselheiro António Moitinho Rodrigues, após cumprimentar o Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Presidente do IPCB e os conselheiros presentes, elogiou o Grupo de Trabalho que elaborou a “Proposta de Reestruturação Organizacional do IPCB” tendo considerado que o documento apresentado será um excelente instrumento de apoio à decisão

tomada pelo Conselho Geral. Referiu que o assunto não é novo e que já em 2007/2008, altura em que integrou a Assembleia Estatutária do IPCB, foram apresentadas propostas de reorganização organizacional que previam reduzir o número de Escolas do IPCB de 6 para 3. Na altura, a reestruturação não foi consensual, não foi suportada por nenhum estudo, pelo que a reestruturação organizacional não foi considerada nos novos Estatutos do IPCB. Referiu também que, na altura, enquanto que no IPCB se falava em reduzir o número de Escolas, noutras instituições de Ensino Superior do país se propunha exatamente o contrário. Deu como exemplos a UTAD e a U. Évora que não tinham Escolas Superiores e que, de acordo com o novo RJIES, passaram a ter.

Manifestou a preocupação de que uma eventual reestruturação organizacional do IPCB possa afetar a coesão territorial, nomeadamente no que diz respeito à ESGIN. No entanto, também referiu que a problemática da coesão territorial é uma questão que não pode nem deve ser o IPCB a resolver, mas sim o Governo da República.

Embora o assunto já tivesse sido referido pelo Sr. Presidente do IPCB, considerou favorável a deslocalização dos Serviços Centrais e da Presidência, do edifício onde estão agora alojados, para uma das Unidades Orgânicas numa perspetiva de melhor gestão de recursos, mas também para uma maior proximidade com a Academia.

Finalmente considerou que o cenário A, depois das explicações dadas pelo Sr. Presidente do IPCB e com os necessários ajustamentos, seria a opção mais adequada para o IPCB”.

Intervenção do Conselheiro Francisco Lucas.

“Estando o IPCB prestes a comemorar o seu 40º aniversário é com muito agrado que assisto às atuais diligências no sentido de se promover a sua primeira reestruturação organizacional.

A necessidade do IPCB se reorganizar técnica e cientificamente de uma forma atualizada e mais compatível com os seus objetivos bem como de agilizar os processos administrativos e, se possível, permitir uma melhor rentabilização dos seus diversos recursos é por demais sentida e evidente.

Considero que a iniciativa e o trabalho de levantamento da situação atual, efetuado pelo grupo de trabalho nomeado, foram excelentes pelo que os respetivos proponentes e autores estão de parabéns.

Relativamente à opção final a desenvolver e independentemente de qual venha a ser, considero fundamental que a mesma seja devidamente ponderada, acautelada e justificada, por forma a merecer uma aprovação alargada por parte de toda a comunidade e, muito particularmente, dos estudantes, docentes e pessoal não docente do IPCB.

As hipóteses de reorganização apresentadas naquele trabalho baseiam-se, todas elas, na realidade atual do IPCB e apontam, todas elas, para uma redução do número de escolas atualmente existentes, através de uma combinação total ou parcial entre elas.

Ora, neste contexto, considero primordial que qualquer das escolas a criar, resultantes da reorganização, seja devidamente sustentável, quer no imediato quer a médio e longo prazo, sob pena de se estar a comprometer num futuro mais ou menos próximo o seu desenvolvimento ou, até mais grave, a sua própria existência.

Considero que haverá, entre outros, dois tipos distintos de problemas que urge contemplar e justificar devidamente antes da escolha definitiva de qualquer opção. Assim:

1- Considero que opções como as constantes nos Cenários C e A do relatório deverão ser objeto de um estudo fundamentado e pormenorizado que justifique inequivocamente a sua viabilidade científica, pedagógica e financeira, quer em termos de recursos humanos (p.ex., evolução do número de alunos e de docentes) e financeiros (p.ex., evolução das receitas e despesas), pelas razões e dúvidas que passo a explicar.

a) O Cenário C propõe uma nova escola (Unidade Orgânica C) com um único Departamento intitulado "Ciências Empresariais e Jurídicas" (coincidente com a atual ESGIN), que possuiria atualmente cerca de metade dos alunos que existem em cada umas das três restantes escolas a formar. Deve-se acrescentar que esta nova escola se situaria em Idanha-a-Nova, a cerca de 45km de Castelo Branco, e que aquela área científica tem vindo a revelar dificuldades de captação em vários dos seus cursos (p.ex., em 2018/19 e relativamente à % de alunos matriculados no 1º ano através do Concurso Nacional de Acesso, a ESGIN apresentou um curso com % inferior a 10%, dois inferiores a 30% e dois inferiores a 60%).

b) O Cenário A propõe uma nova escola (Unidade Orgânica C) com dois Departamentos "Ciências e Engenharia" e "Ciências Agrárias e Veterinárias" (coincidentes o primeiro com a EST, retirada a área da Informática e das Tecnologias da Informação e Multimédia, e o segundo com a ESA), que possuiria atualmente cerca de metade dos alunos que existem em cada umas das três restantes escolas a formar. Ora são precisamente os cursos de ciências e engenharia aqueles que têm vindo a registar, não só no IPCB mas também em todo o país, uma menor procura por parte dos alunos (p.ex., em 2018/19 e relativamente à % de alunos matriculados no 1º ano através do Concurso Nacional de Acesso, os diversos cursos do IPCB que integrariam aquela escola apresentaram os seguintes resultados: oito cursos com % não superior a 10% e um com cerca de 50%).

2 - Outra importante componente que interessa salvaguardar, quantificar e planear devidamente (caso contrário ela poderá condicionar, se não impossibilitar, a concretização de uma reestruturação organizacional) é a própria implementação e operacionalização da solução escolhida, a qual deverá ser devida e suficientemente pormenorizada e quantificada (nas verbas e no tempo).

Assim e a título meramente exemplificativo, refira-se que todas as opções que considerem reunir numa única escola (e supondo, implicitamente, nas mesmas instalações) os Departamentos de "Ciências e Engenharia" e "Ciências Agrárias e Veterinárias", o que ocorre nos Cenários A, C e D, deverão, na minha opinião, justificar devidamente (enumerar, quantificar e apresentar cronograma temporal) toda e qualquer mudança de instalações laboratoriais que decorram provenientes da reorganização. Isto porque existem atualmente na ESA e na EST mais de uma dezena de espaços laboratoriais com equipamento "pesado" e sofisticado a laborar normalmente e que são imprescindíveis para as suas atividades letivas, de I&D e de prestação de serviços. É evidente que qualquer mudança que venha a ocorrer nesses espaços interferirá certamente com o seu normal funcionamento e acarretará despesas.

Sem pretender ser exaustivo, são estas questões (as constantes nos pontos 1 e 2) que considero deverem agora ser objeto de uma justificação quantificada e pormenorizada, que certamente dará maior suporte e credibilização aos cenários apresentados e permitirá optar mais conscientemente por uma opção de reestruturação organizacional do IPCB".

Intervenção do Conselheiro Tomé Madeira.

Intervenção do Conselheiro Henrique Gil:

“Difícil opção, mas tem de ser tomada uma medida que altere a atual organização. Uma questão tinha a ver com a organização físico-geográfica que já teve uma proposta que não existia. E através de esclarecimentos e observações prestadas ajudaram a esclarecer dúvidas, mas que ainda persistem. Por isso, ainda não me encontro em condições de ter uma opinião bem sustentada. Mais acrescento, que a minha opinião vai no sentido da redução de UO para que melhor se possam sustentar e não na dispersão (entenda-se com o aumento realizado no número de UO) que levou à situação atual que pretendemos reverter.

Em resposta a estas intervenções o Presidente do IPCB efetuou uma intervenção focada nos seguintes aspetos:

- Referiu que as formações que atualmente funcionam na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) continuarão a funcionar naquele espaço. Segundo o cenário A, passará a haver uma associação entre o departamento de “Ciências Empresariais e Jurídicas” e o departamento de “Informática” que constituirão uma nova Escola.
- Salientou que os nomes usados para os 9 departamentos que constam no documento “Proposta de reestruturação organizacional do IPCB” e também na apresentação feita na reunião, são usados a título exemplificativo, não sendo vinculativos. O seu uso pretendeu facilitar a comunicação. A designação final de cada um dos nove departamentos será posteriormente decidida, bem como a designação das 4 novas Escolas;
- Confirmou que a estrutura funcional “Unidade Técnico Científica” (UTC) se passará a identificar como Departamento;
- Sublinhou o facto de, em 2008, e na sequência da intervenção do conselheiro António Moitinho Rodrigues, terem sido apresentadas propostas de reorganização organizacional que previam reduzir o número de Escolas do IPCB de 6 para 3 não tendo sido a reflexão suportada por nenhum estudo, contrariamente ao que agora acontece;
- Concordou com a afirmação do conselheiro António Moitinho Rodrigues relativamente à problemática da coesão territorial ser uma questão que não pode nem deve ser o IPCB a resolver, mas sim o Governo da República.

Intervenção da Conselheira Fátima Paixão:

“Considero que foi muito relevante a apresentação e discussão da Proposta de Reorganização da Instituição e que esta discussão deve ser alvo de reflexão aturada pelo Grupo de Trabalho e alterados alguns aspetos em função do que foram as intervenções dos Conselheiros”.

Intervenção do Conselheiro João Ventura:

“Acho muito pertinente o trabalho realizado pelo Grupo encarregue de apresentar a proposta de Reorganização do IPCB e a apresentação feita pelo Sr. Presidente do IPCB, mas gostava de deixar neste Conselho Geral uma chamada de atenção para os “umbigos” que ainda persistem junto de muitos docentes que pensam no momento em vez de tentarem perspetivar o futuro da instituição e dos funcionários que ainda têm muitos anos de trabalho pela frente. Deixar ainda uma referência às UO que têm trabalhado ao longo de muito tempo para construir uma marca que se tem firmado a nível regional, nacional e internacional e que espero não se perca com a reorganização que se perspetiva. Também entendo que o cenário A apresentado pelo Sr. Presidente do IPCB é aquela que mais se adequa ao IPCB”.

Intervenção do Conselheiro Carlos Reis.

O Presidente do IPCB agradeceu as intervenções dos conselheiros que considerou muito pertinentes e úteis à reflexão. Adiantou que o objetivo da apresentação do trabalho foi recolher, nesta fase, uma primeira apreciação da proposta de reestruturação organizacional para que o processo possa avançar. Manifestou a sua disponibilidade para, relativamente ao cenário A, trazer mais informação para análise dos conselheiros, designadamente, a afetação dos docentes do IPCB aos 9 departamentos, a previsão da dimensão de cada nova Escola relativamente ao número de cursos, número de estudantes e número de docentes, e plano para a implementação física da reestruturação organizacional.

Por fim o Presidente do Conselho Geral fez a seguinte declaração:

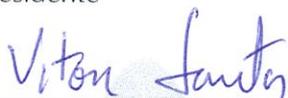
“A «Proposta de reestruturação organizacional do IPCB» teve um acolhimento positivo e suscitou um debate abrangente e profícuo em que se reconhece a necessidade de promover a reestruturação organizacional do IPCB e se formulam propostas que visam iluminar e dar indicações sobre os próximos passos. Neste contexto, recomenda-se ao Senhor Presidente do IPCB que diligencie para que se proceda ao aprofundamento e consolidação da proposta de reestruturação, beneficiando dos contributos do debate promovido no Conselho”.

7. Outros assuntos

Sem outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que após aprovação do Conselho será assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.

O Presidente



(Professor Doutor Vitor Manuel da Silva Santos)

O Secretário



(Professor João Manuel Nunes Ventura)